

A atividade livreira na província do Espírito Santo: Bazílio de Carvalho Daemon e sua atuação editorial em uma localidade periférica no Império brasileiro

Bookselling in Espírito Santo: Bazílio de Carvalho Daemon and Editorial Practices in a Peripheral Brazilian Empire Locality

Karulliny Silverol Siqueira¹

RESUMO

Este artigo analisa a formação da atividade tipográfica e do mercado livreiro na província do Espírito Santo ao longo do século XIX, a partir da atuação do editor, tipógrafo e livreiro Bazílio de Carvalho Daemon. Em um contexto periférico ao centro editorial do Império brasileiro, examina-se o papel das tipografias como espaços de mediação cultural, responsáveis não apenas pela impressão de periódicos e livros, mas também pela comercialização, encadernação e circulação de impressos. Com base na análise de periódicos provinciais, relatórios

1 Doutora em História Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Professora no Departamento de Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo; <https://orcid.org/0000-0001-6017-5345> ; karulliny@yahoo.com.br

administrativos e listas de venda publicadas no jornal *O Espírito Santense*, o estudo investiga a composição temática, os preços e as estratégias editoriais que estruturaram o mercado livreiro local. Dialogando com a historiografia da história do livro e da cultura escrita, especialmente com os modelos de Robert Darnton, Donald McKenzie e Roger Chartier, o artigo propõe uma leitura adaptada do circuito do livro em contextos provinciais, evidenciando a centralidade de agentes multifuncionais na sustentação da cultura impressa nas províncias do Brasil oitocentista.

PALAVRAS-CHAVE

Imprensa, Brasil; século XIX, Livreiros; tipografias; Espírito Santo.

ABSTRACT

This article examines the formation of typographic activity and the book trade in the province of Espírito Santo during the nineteenth century, focusing on the role of the editor, printer, and bookseller Bazílio de Carvalho Daemon. In a context peripheral to the main editorial centers of the Brazilian Empire, it analyzes printing offices as spaces of cultural mediation, responsible not only for the production of newspapers and books but also for the commercialization, binding, and circulation of printed materials. Drawing on provincial newspapers, administrative reports, and book sale lists published in *O Espírito Santense*, the study investigates the thematic composition, pricing, and editorial strategies that shaped the local book market. Engaging with the historiography of book history and written culture—particularly the models proposed by Robert Darnton, Donald McKenzie, and Roger Chartier—the article offers an adapted reading of the book circuit in provincial contexts, highlighting the centrality of multifunctional agents in sustaining print culture in nineteenth-century Brazil.

KEYWORDS

Press; Brazil; 19th century; Booksellers; Printing houses; Espírito Santo

1 - Introdução: atividade tipográfica e circulação do livro em uma província periférica

O cenário historiográfico referente à história do livro no Brasil oitocentista é, atualmente, permeado por uma variedade de análises

que, baseadas em fontes e aparato metodológico distintos, desenvolveram, ao longo das últimas décadas, um mapeamento primoroso que, complementando o levantamento feito por Laurence Hallewell (2005), revela nuances acerca da circulação livreira, bem como indica as principais características do funcionamento da imprensa no contexto imperial.

No entanto, é necessário ressaltar que as abordagens historiográficas desenvolvidas abordam, quase em sua totalidade, o cenário livreiro referente à Corte, que naquela época estava alocada no Rio de Janeiro, ou ainda grandes centros de atividade editorial, como as províncias de São Paulo e Bahia. Trabalhos imprescindíveis como os que foram direcionados por Tânia Bessone (1999), Isabel Lustosa (2000) e Marialva Barbosa (2010) destacam valiosas perspectivas interpretativas sobre a história dos livros e dos impressos no Brasil, destacando, sobretudo, seu caráter político no cenário imperial.

Ainda mais vasta é a produção historiográfica que demonstra a relação entre a imprensa e a cultura política. O vocabulário político do contexto da independência do Brasil, difundido na imprensa pela elite política coimbrã e pela elite brasiliense, por exemplo, foi pensado de forma extraordinária na obra *Corcundas e Constitucionais*, escrita pela historiadora Lúcia Neves (2003). Outros autores como, por exemplo, Marcello Basile (2009), Marco Morel (2005), enfatizaram o uso dos impressos e suas linguagens desenvolvidas no período regencial, contexto no qual os jornais e livros foram mobilizados como veículos de contestação política por parte das facções políticas que disputavam por meio dos impressos seus projetos de nação brasileira.

Como assinalou José Murilo de Carvalho (1980), a segunda metade do século XIX, nomeadamente a década de 1860, mostrou-se como um momento oportuno para a difusão de obras políticas e panfletos que circularam pelo Brasil, atrelados às identidades partidárias de liberais e conservadores. O fim do século XIX foi explorado de forma basilar nas obras de Alonso (2002) e Maria Tereza Chaves de Mello (2007),

investigações que também apontam que a circulação de obras e novos conceitos auxiliou na reformulação da cultura política republicana, acentuando o discurso contra a monarquia, por meio da imprensa.

A historiografia sobre a imprensa periódica no Brasil tem destacado, nas últimas décadas, a relevância das experiências provinciais para a compreensão do debate político oitocentista, deslocando o foco analítico da Corte para contextos locais marcados por dinâmicas próprias. Estudos como os de Wlamir Silva sobre Minas Gerais evidenciam a imprensa como instrumento de pedagogia liberal-moderada e de disputa pela hegemonia política, enquanto, em Pernambuco, Ariel Feldman analisa o periódico *O Carapuceiro* como espaço de ampliação do debate público durante o período regencial. No Maranhão, Marcelo Cheche Galves insere o jornal *O Conciliador do Maranhão* em um horizonte ibero-americano mais amplo, ressaltando a circulação de ideias políticas para além do eixo da Corte (Silva, 2006; Feldman, 2006; Galves, 2020). Esse quadro tem sido ampliado por pesquisas que abordam a atividade tipográfica em outras províncias do Império, como os estudos sobre a primeira tipografia do Amazonas e sobre a imprensa paranaense, que ressaltam as especificidades materiais, institucionais e culturais da produção impressa fora do centro imperial (Pereira & Medeiros, 2016; Costa & Denipoti, 2016). Em conjunto, essa produção historiográfica demonstra que a imprensa periódica e a tipografia nas províncias constituíram experiências plurais e desiguais, fundamentais para compreender a formação do espaço público imperial para além de uma narrativa centrada no Rio de Janeiro.

Evidentemente, asseguramos que as obras citadas não esgotam a produção brasileira acerca da temática dos livros e dos impressos no Império. Embora os estudos já desenvolvidos abordem em certa medida a produção das tipografias em âmbitos regionais, extrapolando o âmbito da Corte, destacando, por exemplo, o uso dos impressos na dinâmica política das demais localidades do Império brasileiro, indica-se que os estudos sobre a história do livro no Brasil podem

enriquecidos a partir das buscas acerca das províncias que apresentavam uma dinâmica editorial periférica, quando comparadas aos grandes centros de produção de impressos.

Este estudo, nesse sentido, pretende trazer à luz o caso da província do Espírito Santo, uma localidade sem notória importância política em grande parte do século XIX, e que apresentava dificuldades de acesso aos insumos que possibilitassem a criação da imprensa, demonstrando também um mercado livreiro muito incipiente dentro da dinâmica oitocentista.

A partir dessa reflexão, reflete-se sobre a importância de compreender como as províncias periféricas mantinham seu circuito editorial, assim como assinalou Robert Darnton (1986) em suas formulações. Deseja-se sanar algumas indagações sobre quem eram os agentes deste circuito nas províncias marginais do Império brasileiro, buscando compreender estes indivíduos, quais sejam: editores, tipógrafos, livreiros, redatores, entre outros, como mediadores da cultura escrita local. É nesse horizonte que se insere o caso da província do Espírito Santo, cuja primeira experiência tipográfica, tardia e marcada por limitações técnicas, permite refletir sobre as condições materiais e políticas da imprensa em um espaço diferente da Corte. Nesse processo, a atuação de Bazílio de Carvalho Daemon assume papel central como agente de mediação entre o poder provincial, a instalação da tipografia e a circulação dos primeiros impressos, evidenciando a importância de indivíduos que, nas províncias do Império, articularam funções políticas, intelectuais e editoriais. A partir da análise de periódicos, avisos aos leitores e documentação administrativa provincial, o artigo examina os desafios e significados da implantação da tipografia e da imprensa periódica no Espírito Santo na primeira metade do século XIX.

Contudo, é preciso destacar outros aspectos centrais dentro da perspectiva teórica e metodológica da história do livro que, a partir de adaptações, mostram-se também cruciais para o entendimento do mercado livreiro periférico. Visualizamos, por exemplo, a necessidade de voltar nossa atenção para a sociologia dos textos, tal como

formulou McKenzie (2018). As novas proposições do autor nos fazem pensar que um pesquisador de textos, de impressos e de manuscritos deve também se preocupar com a forma, a materialidade, os usos e as condições de transmissão desses textos.

Assim, a estrutura do texto, seu suporte, o papel utilizado, a tipografia na qual fora impresso alterariam o significado, a recepção e a circulação dos escritos estudados. E é assim que podemos então considerar uma história do livro, ou em nosso caso, uma história do impresso no Espírito Santo, como uma forma de compreender as transformações culturais, permanências ou rupturas diante da história da cultura escrita. Uma análise histórica que leve em consideração as demandas locais e os impactos de textos mesmo em culturas minoritárias, como enfatiza Chartier (1998).

O Espírito Santo oitocentista apresenta um panorama singular no que se refere à atividade editorial. Mesmo sem uma imprensa local robusta no século XIX (Siqueira, 2013), a província mantinha a demanda por uma atividade livreira, evidenciada por listas de livros vendidos nas tipografias, que também se mostram em registros de oficinas de encadernação e anúncios. Este artigo propõe analisar tais práticas relacionadas à circulação da cultura impressa a partir de uma perspectiva de circulação cultural e materialidade do livro em regiões periféricas, buscando compreender como livros e jornais funcionavam como elementos centrais, mediados por agentes culturais que se articulavam como produtores, curadores e intermediários, utilizando uma das províncias do Império brasileiro como estudo de caso.

2 - A província do Espírito Santo e sua dinâmica editorial no século XIX

A província do Espírito Santo, que tinha sua parte sul como fronteira com a Corte, no Rio de Janeiro, apresenta uma singularidade

notável no que se refere à atividade editorial oitocentista brasileira. Apesar da implementação da imprensa ter ocorrido no Brasil a partir de 1808, foi apenas em 1849 que ali se instalou, de modo efetivo, uma tipografia capaz de produzir periódicos locais, o que a coloca no Espírito Santo entre as últimas províncias a ingressar no circuito da imprensa nacional. Essa defasagem cronológica torna-se um dado revelador quando se busca compreender as formas de circulação da cultura escrita em regiões consideradas periféricas do Império.

É pertinente indagar, sobretudo, até que ponto o contexto provincial mostrava-se favorável ao florescimento da imprensa e se existiam, de fato, condições e necessidades que justificassem a consolidação de um empreendimento oneroso como uma tipografia. Durante a primeira metade do século XIX, o Espírito Santo apresentava-se como uma província de reduzida expressão demográfica. Na capital, Vitória, por exemplo, as *Memórias* de Inácio Accioli² registram pouco mais de doze mil habitantes, entre pessoas livres e escravizadas.

A ausência de tipografias próprias até meados do século XIX não significou, evidentemente, um isolamento intelectual da localidade, mas, na verdade, impulsionou outras dinâmicas de mediação — como o comércio livreiro mantido por correspondência com o Rio de Janeiro, o papel dos livreiros-encadernadores locais e a presença de instituições civis e eclesiásticas que difundiam impressos.³ Investigar como o Espírito Santo passou a comercializar livros antes e durante o surgimento da imprensa local permite entender não apenas a formação de um público leitor, mas também os modos pelos quais uma província marginal à centralidade editorial do Império construiu suas próprias redes de circulação de saberes e

2 Accioli, Inácio. (1978). *Memória estatística da Província do Espírito Santo: Escrita no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos*. Vitória, ES: Arquivo Público Estadual.

3 Cabe lembrar a importância da instalação do Colégio Jesuíta de São Tiago, na capital Vitória, onde se estabeleceu uma das primeiras bibliotecas do Brasil colonial, segundo a obra de Laurence Hallewell (2005).

práticas letradas. Inventários pós-mortem relativos ao século XVIII investigados por Enaile Flauzina (2008), por exemplo, indicam a presença de livros entre os bens arrolados em meio à documentação da elite capixaba.

É necessário destacar ainda as condições ligadas à materialidade da escrita que subscrevem o advento da atividade editorial local. Embora desde 1835 o legislativo da província já havia aprovado a lei que regulamentava a instalação de uma tipografia que se dedicasse a imprimir os atos do governo⁴, foi somente no ano de 1840, por meio de Ayres Albuquerque Tovar, que, financiado também pela Assembleia Provincial, deu início ao empreendimento da primeira oficina tipográfica. No entanto, a tipografia funcionou apenas uma única vez, quando se imprimiu um jornal denominado *O Estafeta*. Memorialistas da imprensa capixaba⁵ atestam que dificuldades relacionadas ao papel e à tinta fizeram com que o primeiro jornal não tivesse sucesso. As páginas impressas naquela ocasião apresentaram manchas de tinta, e o prelo de madeira, que fora mal montado segundo os memorialistas, certamente influenciou o pouco êxito da *Tipografia Capitaniense*:

Infelizmente, apesar de todos os meios empregados pelo proprietário Aires Tovar e pelo diretor da oficina José Marcelino Pereira de Vasconcelos, não foi possível publicar-se mais de um número de um periódico que teve o título de Estafeta, devido a não poderem obter boa impressão, talvez pela má qualidade da tinta que fora feita na própria tipografia, como notamos nos impressos que temos desse tempo, feitos na dita tipografia, como sejam ofícios, poesias, rezas e circulares (Daemon, 2010, p. 358).

4 Refere-se ao artigo 3 da Lei Provincial de 23 de março de 1835, aprovada pela Assembleia Legislativa Provincial do Espírito Santo.

5 Refiro-me aqui aos trabalhos escritos por Bazílio Daemon e Amâncio Pereira que buscaram resgatar a memória da imprensa do Espírito Santo.

Percebe-se também pelos percalços da estrutura da oficina, como também por relatórios governamentais, que havia a dificuldade com relação à mão de obra⁶, o que talvez explique a falta de habilidade ao manusear o maquinário, enquanto ainda não havia um tipógrafo de formação. Têm-se, na verdade, apenas memórias deste primeiro periódico, pois até então, nenhum exemplar foi encontrado e não há menção do mesmo em nenhum acervo do Brasil ou fora do país. O maquinário da *Tipografia Capitaniense* infelizmente foi abandonado naquela época, já que o proprietário adoeceu e, posteriormente, veio a falecer.⁷ Foi somente em 1848 que sua viúva vendeu a tipografia a Pedro Antônio de Azeredo, que firmou um novo contrato com a Assembleia Provincial.⁸ Em janeiro de 1849 o editor Pedro de Azeredo publicou o primeiro número do jornal *O Correio da Victória*. Esses elementos evidenciam que os percalços técnicos da tipografia não se limitaram a episódios pontuais, mas constituíram uma dimensão estruturante da experiência inicial da imprensa provincial.

As dificuldades técnicas enfrentadas pelas primeiras experiências tipográficas no Espírito Santo não devem ser compreendidas apenas como entraves circunstanciais à consolidação da imprensa provincial, mas como um dado estrutural da consolidação do uso da produção dos impressos em contextos regionais. À luz da sociologia dos textos, conforme formulada por Donald McKenzie, a materialidade do impresso, que se expressa na qualidade do papel, na regularidade da impressão, na nitidez dos tipos e na estabilidade das oficinas, constitui notoriamente elemento ativo na produção de sentido e na

6 APEES. Relatório com que o Exm. Sr. José Joaquim Machado de Oliveira, Presidente da Província do Espírito Santo abriu a sessão ordinária da respectiva Assembléa Legislativa no dia um de abril do corrente anno, 1841.

7 *O Estado do Espírito Santo*, 4 de jun. de 1892. n.2752.

8 O Contrato celebrado entre Pedro de Azeredo e a Assembleia Legislativa foi publicado na edição nº3 do *Correio da Victória*, em 24 de janeiro de 1849, disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil. Dentre as cláusulas listadas, destacava-se a proibição de críticas ao governo e aos deputados.

legitimação social dos textos. No caso da província estudada, a precariedade dos insumos, a improvisação técnica e a ausência de mão de obra especializada contribuíram para que a imprensa surgisse sob o signo da instabilidade, limitando até mesmo sua capacidade inicial de se afirmar como meio confiável de circulação de informações e ideias. Em diversos relatórios expedidos por administradores locais torna-se perceptível que havia uma demanda pelo funcionamento de uma tipografia na primeira metade do século XIX.

No entanto, os fatores técnicos foram cruciais para a demora da instalação da primeira oficina. Além disso, o relatório do presidente de província Evaristo Ladislau, indica, por exemplo, que, por muitos anos, a oficina do *Correio da Victória* permaneceu como a única em funcionamento na localidade.⁹ Esses dados permitem aferir que o cenário da cultura impressa ainda apresentava dificuldades com relação aos fatores técnicos de uma tipografia, mas, sobretudo, demonstram a precariedade de trabalhadores para as oficinas. Diferentemente do que ocorre nos grandes centros editoriais do Império, como a Corte e a província de São Paulo, onde a materialidade tende a ser naturalizada pelo leitor, na província periférica ela se torna visível e problemática, condicionando não apenas a circulação dos impressos, mas também o próprio estatuto cultural e político da prática de imprimir.

Os documentos apontam que, além das demandas da Assembleia Provincial, algumas diretrizes emanadas da Corte parecem ter incentivado transformações na cultura impressa da época, ao estabelecer normas relativas à impressão e ao arquivamento de documentos oficiais. Esse movimento implicava, também, um aumento considerável na circulação de correspondências, tanto para o recebimento de remessas quanto para o envio de atos governamentais ao Rio de Janeiro. Ao analisar as despesas do ano de 1838, o Presidente da Província,

9 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Relatório do presidente Evaristo Ladislau e Silva de província dirigido à Assembleia Legislativa na sessão ordinária de 23 de maio de 1853. Typographia Capitaniense.

Silva Couto, destacou um dado elucidativo sobre a relação entre o Regulamento promulgado pela Corte e a atividade tipográfica local. Conforme seu relato, os gastos com correspondência registraram crescimento significativo a partir da normativa de janeiro de 1838:

Tendo crescido a correspondência, principalmente depois do Regulamento nº1 de 1 de janeiro de 1838 organizado pelo Governo Central, que estabelece a maneira pela qual os atos, tanto do poder Legislativo Geral, como do Executivo, devem ser numerados, impressos, e distribuídos, é evidente que convém ser elevada a quantia marcada para as despesas do expediente: também não é suficiente a que foi designada para impressão de leis no corrente ano financeiro, o que era de esperar, por ser mui diferente prever o número de atos legislativos, que serão promulgados¹⁰.

Legislações do Império brasileiro ligadas à guarda e ao registro de atos de governo passaram a ampliar a necessidade de impressão e tramitação de documentos para arquivamento¹¹, fazendo com que os gastos da província, que utilizava serviços de tipografias de outras localidades, passassem por um aumento de despesas para este fim. Imprimir fora do Espírito Santo já não era lucrativo. Assim, por meio de uma iniciativa da Assembleia Provincial, a instalação da oficina de impressão foi subsidiada.

Desta forma, cabe aqui a reflexão de que, inicialmente, a imprensa capixaba possuía o objetivo de suprir as demandas do governo local. Em segundo plano estaria a circulação de livros, ideias ou trocas culturais proporcionadas pelo advento de uma tipografia. É somente na década de 1850 que as tipografias tomam fôlego na localidade, sendo em 1856

10 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), *Relatório do Presidente da Província do Espírito Santo, presidência de Silva Couto, 1839*, p. 5.

11 *Regulamento n.º 1, de 1 de janeiro de 1838*, Coleção de Leis do Império do Brasil, 1838, vol. 1, pt. II, p. 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/regula/1824-1899/regulamento-1-1-janeiro-1838-561943-norma-pe.html>. Acesso em: 4 abr. 2025.

o primeiro livro impresso no Espírito Santo. Este primeiro exemplar da obra *Jardim Poético*, produzido na *Tipografia Capitaniense*, foi escrito por José Marcellino Pereira de Vasconcellos, uma figura de prestígio na vida intelectual da província. Além disso, em 1840, quando da iniciativa de se criar uma tipografia local, Vasconcellos havia sido designado como editor do jornal *O Estafeta*, o periódico que não se desenvolveu.

O contexto de instalação da primeira tipografia na província do Espírito Santo apresenta semelhanças, em certa medida, com processos observados em outras localidades do Império, como Amazonas e o Paraná.¹² Nessas regiões, a emergência da imprensa ocorre sobretudo a partir da década de 1850, em geral associada a iniciativas subsidiadas pelos respectivos governos provinciais. Ainda assim, o caso capixaba revela características singulares. Enquanto Paraná e Amazonas foram elevados à condição de província em meados do século XIX e rapidamente estruturaram seus aparatos tipográficos, o Espírito Santo, já reconhecido como província desde 1821, somente conseguiu reunir recursos para a instalação efetiva de sua primeira tipografia em 1849. Essa defasagem temporal evidencia não apenas diferenças administrativas, mas também assimetrias mais amplas nas condições materiais e políticas de implantação da imprensa no interior do Império.

Os anos iniciais de atividade editorial revelam, todavia, certa dificuldade por parte dos jornalistas e proprietários de jornais em angariar um público leitor fiel para impressos e livros. Para além disso, marcada por uma cultura escrita ainda muito baseada em caráter manuscrito, a província via, inicialmente com certa desconfiança, a prática da impressão. A não adesão imediata do público capixaba

12 Sobre a instalação e trajetória da imprensa nas províncias do Amazonas e do Paraná, ver: Pereira, R. do N., & Medeiros, L. (2016). *Subsídios para uma história do design gráfico no Brasil: A primeira tipografia do Amazonas (1851–1866)*. Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design; Costa, A. D., & Denipoti, C. L. (2016). História do jornalismo paraense: O inventário de Romário Martins nas comemorações do centenário da Imprensa Periódica do Paraná e os jornais em língua estrangeira (1908). *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 3(2), 146–162.

também pode ser problematizada, posto que não deve ser vista como um fator específico da província.¹³ As investigações destacam que no Brasil oitocentista, o impresso não gozava de confiança automática: jornais e panfletos poderiam ser vistos muitas vezes como suportes passíveis de manipulação e falsificação. Roger Chartier (1994) evidencia que a legitimidade do impresso na Europa também dependeu de práticas sociais de validação que estruturaram a autoridade dos textos, passando por mecanismos de censura, controle e hierarquização das publicações. Nos jornais provinciais, como os do Espírito Santo, essa desconfiança se ampliava pela precariedade tipográfica. Assim, a credibilidade do impresso no cenário provincial oitocentista era uma conquista em disputa, não um dado natural. Ao longo dos anos, a participação das tipografias na vida social da província fez com que seus habitantes visualizassem a imprensa como um mecanismo profícuo de debate político e disseminação de ideias.

Por volta de 1860 é que a província vivenciou a “explosão da imprensa política”, momento no qual surgem vários jornais que, destinados à disputa político-partidária, acabam por delinear as linguagens dos grupos políticos locais. Em pesquisa anterior, aferiu-se que as identidades políticas liberal e conservadora só se consolidaram no Espírito Santo após 1860. A imprensa, por sua vez, teve um papel determinante nesse contexto, trazendo novas nuances à cultura política local, na segunda metade do século XIX (Siqueira, 2013).

Foi nesse período que muitas tipografias foram instaladas na província do Espírito Santo, ampliando a presença da imprensa geograficamente, já que nesse contexto, as oficinas extrapolaram os limites da capital, Vitória, sendo também instaladas em várias regiões da província, sobretudo, na parte sul, em uma localidade denominada Cachoeiro de Itapemirim. Esse momento marcou a fase de desenvolvimento das tipografias que, para além de espaços de sociabilidade,

13 A leitura das primeiras edições de *O Correio da Victória* exemplifica a busca pelo público leitor, a baixa adesão de assinantes e de anúncios.

tornavam-se também espaços de mediação cultural, por meio da venda de livros e do desempenho de seus editores.

A década de 1860 representa, para a Província do Espírito Santo, um momento de significativa ampliação das experiências tipográficas e de diversificação da imprensa periódica, como assinala Siqueira (2020). O levantamento dos jornais publicados nesse período evidencia tanto o aumento numérico de periódicos quanto o surgimento de novas oficinas tipográficas, fenômeno que traduz o amadurecimento das práticas de cultura impressa em uma província até então periférica no cenário editorial do Império.

Os primeiros anos da década revelam uma produção ainda incipiente e de difícil rastreamento material. Publicações como *A Liga*, *O Indagador*, *O Pica-Pau* e *O Marimbondo*, todas datadas de 1860, não tiveram suas oficinas tipográficas identificadas, o que sugere a existência de tipografias de pequena escala ou de caráter efêmero, talvez associadas a impressos volantes e a iniciativas de curta duração. Essa ausência de registro pode indicar tanto a precariedade das condições de impressão quanto a circulação de folhas manuscritas ou produzidas em oficinas móveis, fenômeno também observado em outras províncias.

A partir de meados da década, observa-se um processo de consolidação das oficinas e de profissionalização da atividade impressora. O surgimento da *Tipografia Liberal*, responsável pelo *Jornal da Victória* (1864), e, posteriormente, da *Tipografia Imparcial*, que imprime os periódicos *O Escorpião* (1866), *O Filho do Escorpião* (1867) e *O Cidadão* (1868), revela um movimento de estabilização do ofício tipográfico e de ampliação das redes de sociabilidade ligadas à imprensa. Essas oficinas passam a constituir núcleos de produção e difusão de ideias políticas, associadas em muitos casos a grupos partidários locais, refletindo o entrelaçamento entre a técnica tipográfica e o debate público, como sublinha a historiadora Tânia Bessone (2003).

Outro aspecto relevante é o caráter regional da expansão. A criação da *Tipografia d'O Itabira* (1866) e da *Tipografia da Sentinella do Sul*

(1867) sugere a interiorização da prática tipográfica, até então concentrada na capital. Essa descentralização acompanha a progressiva articulação entre imprensa e política local, marcada pela presença de elites provinciais que buscavam afirmar identidades regionais e participar mais ativamente dos debates do Segundo Reinado. A multiplicação dos títulos, como, por exemplo, o *Estrela do Sul*, *O Estandarte*, *A Voz do Povo*, ilustra um ambiente de intensa experimentação, em que a imprensa se converte em instrumento de sociabilidade, de disputa política e de afirmação de prestígio social.

Em síntese, o aumento das tipografias e jornais na década de 1860 no Espírito Santo não deve ser interpretado apenas como um dado quantitativo, mas como um indicador de transformação qualitativa da esfera pública provincial. A imprensa passa a constituir um espaço de legitimação política e de construção de identidades locais, acompanhando o movimento nacional de difusão das letras e de consolidação do liberalismo. A proliferação de títulos, mesmo efêmeros, testemunha a inserção do Espírito Santo no circuito da cultura impressa oitocentista brasileira, ainda que em escala modesta, mas significativa em termos de representatividade histórica e simbólica.

Durante o período em que se constata o aumento do número de tipografias, pode-se também identificar a ação de inúmeros editores que, vindos de fora da província, por seus próprios esforços, abriam esses jornais, com o intuito de criar periódicos que fossem bem recebidos pelo público. Uma destas figuras em Emílio Francisco Guizã. Este editor criou ao menos quatro periódicos no Espírito Santo na década de 1860. Após publicar o *Provinciano*, o redator investiu na produção de outros jornais de cunho político e recreativo como *O Picapau* e *O Periódico dos Pobres*, todos ainda na década de 1860. Posteriormente, Guizã investiu sua carreira de redator no sul do Espírito Santo, estabelecendo na localidade de Benevente o jornal *Estrela do Sul*, em 1867.

Outro editor que merece ser citado é Clímaco Barbosa de Oliveira, irmão de Rui Barbosa, intelectual brasileiro de grande relevância no

século XIX. Este médico, jornalista e editor, nascido na Bahia, escolheu o sul da província do Espírito Santo para residir na década de 1860. Na localidade de Cachoeiro de Itapemirim, Clímaco instalou a *tipografia da Sentinella do Sul*, voltada para a produção do jornal *Sentinella do Sul*, que objetivava dar voz ao partido Liberal da localidade. A participação de Clímaco como editor chama a atenção pela inserção de novos vocábulos na linguagem política provincial, acentuando conceitos liberais mais extremados, muito utilizados pelo grupo dos liberais radicais de 1869, após a queda do gabinete progressista de Zacarias de Goes e Vasconcellos.¹⁴

Dentre os envolvidos na criação dos impressos citados no quadro acima, destaca-se, sobretudo, o editor e jornalista Bazílio de Carvalho Daemon, que atuou na publicação de *O Itabira* e *O Estandarte*, na década de 1860. Já em 1870 implementou o jornal *O Espírito Santense*. Neste estudo, destaca-se o caso deste agente da cultura escrita, a partir de seu trabalho como editor de impressos no Espírito Santo, ocupando posição de destaque no cenário político e intelectual local. A partir da leitura das fontes, é notório que Daemon angariou grande prestígio no cenário editorial provincial, exercendo a função de mediador da cultura escrita naquela localidade.

4 - Redes de circulação do livro e mediação cultural:

O editor Bazílio de Carvalho Daemon e o mercado editorial no Espírito Santo

A compreensão da dinâmica da cultura impressa na província do Espírito Santo, na segunda metade do século XIX, passa necessaria-

14 ¹⁸Sobre a política progressista desenvolvida na década de 1860 no Brasil imperial ver: Barbosa, S. M. (2009). *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860*. In J. M. de Carvalho & L. M. B. das Neves (Orgs.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade* (pp. 295–324). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

mente pela figura de Bazílio de Carvalho Daemon¹⁵, sendo tratado neste estudo como tipógrafo, livreiro, editor e autor.

Nascido no Rio de Janeiro a 8 de fevereiro de 1834, filho de José Maria de Carvalho e Idalina Idália Cordeiro de Carvalho, Daemon radicou-se no Espírito Santo em meados da década de 1860 e foi uma força motriz da imprensa capixaba, utilizando-a também para seus fins políticos, em defesa do partido conservador, pelo qual combatia (Siqueira, 2013). O jornalista exerceu funções múltiplas, sendo editor de periódicos, proprietário de tipografias alocadas inicialmente na região sul do Espírito Santo e, posteriormente, adentrando no mercado editorial da capital, a cidade de Vitória. Dentro da perspectiva periférica, Daemon exercia a função de livreiro, por meio da venda de obras em sua empresa tipográfica, e manifestava suas relações com agentes intelectuais do livro, residentes no Rio de Janeiro, por exemplo.

O jornalista também merece ser lembrado como cronista, sendo autor de uma das obras mais importantes referentes à história local, com sua principal publicação, denominada *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinópsis e estatística, publicada em sua tipografia, em 1879*. A escrita desta obra nos demonstra ainda outras facetas do editor, já que para compor o livro, o autor recorreu a documentos inéditos sobre a história do Espírito Santo, compilou muitas informações sobre a província e, além disso, transcreveu documentos importantes, ligados, sobretudo, à história colonial do Espírito Santo.¹⁶

Bazílio Daemon também mostrou uma interação importante com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no qual figurava como sócio. Seu acervo de correspondências trocadas com intelectuais do século XIX, entregue póstumamente ao IHGB, enfatiza o diálogo

15 Julgo pertinente salientar que, embora em alguns estudos seu nome figure como Basilio de Carvalho Daemon, optamos nesta investigação pela grafia utilizada pelo próprio editor em seus jornais e livros, qual seja: Bazílio de Carvalho Daemon.

16 Refiro-me aqui a obra pelo próprio Daemon em sua tipografia, no século XIX: Daemon, B. C. (1879). *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Tipografia Espírito-santense.

mantido pelo editor em busca de fontes historiográficas e apontamentos que auxiliassem na composição de seus escritos. Durante sua atuação como editor e dono de tipografia, Daemon firmou diversos contratos de impressão na província, sobretudo, relativos à Assembleia Provincial. Sua tipografia atuava no setor de impressões, no mercado livreiro e no setor de encadernações. Além disso, era também em seu estabelecimento que eram vendidos insumos relacionados à materialidade dos escritos, como uma diversidade de papéis, tinta e ornamentos para escrita.

Essa trajetória singular coloca-o como agente de mediação material e intelectual: ele não apenas produziu livros e periódicos, mas comercializou-os, difundiu-os e participou da formação de um público leitor local. A figura de Daemon concentra em si as diversas atividades do circuito do livro, além de demonstrar preocupação genuína com a memória local, compilando e colecionando documentos que fossem importantes para a construção de uma história do Espírito Santo.

Os anúncios de venda de livros e catálogos publicados em seu jornal *O Espírito Santense* na década de 1870 indicam que Daemon oferecia uma gama variada de títulos religiosos, científicos e de literatura de viagens, importados de livreiros do Rio de Janeiro, e localmente mediavam sua circulação. Essa mediação demonstra que a província não vivia isolada, mas participava de uma rede de trocas e transmissão de impressos que reconfigurava centralidade e periferia no Império.

A obra de 1879, ao reunir dados geográficos, históricos e estatísticos sobre o Espírito Santo, cumpre também uma função dupla: de um lado, organiza a memória da província sob a ótica de um intelectual comprometido com a formação identitária local; de outro, insere-se no esforço de institucionalizar a escrita, o saber e a importância da atividade e impressão na tipografia local. O livro de Daemon, portanto, é mais que uma crônica: é um ato editorial e político, resultado de um circuito que se inicia na tipografia provincial e chega ao imaginário regional, resguardando a dinâmica própria da província.

A aplicação do modelo do circuito do livro proposto por Robert Darnton ao contexto provincial do Espírito Santo exige adaptações decorrentes das condições materiais e sociais locais. Nesse cenário, o circuito editorial organiza-se de forma concentrada em torno de poucos agentes, onde se destaca a atuação de Bazílio de Carvalho Daemon, que acumulava as funções de editor, tipógrafo e livreiro, configurando-se como um empreendedor da imprensa provincial. Para além da impressão de periódicos, pesquisas anteriores indicam que Daemon também realizava trabalhos de encadernação, editava obras de sua autoria e intermediava a circulação de livros e outros impressos, funções que, nos grandes centros do Império, encontravam-se mais claramente diferenciadas (Siqueira, 2024). Sua inserção em redes intelectuais mais amplas, evidenciada pelo contato com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reforça o papel de mediação cultural entre a província e os circuitos metropolitanos de produção do saber. Assim, o circuito provincial do livro no Espírito Santo não reproduz integralmente o modelo delineado por Darnton, mas evidencia seus elementos fundamentais, reorganizados segundo as especificidades de uma província periférica do Império.

Nesse sentido, a análise da imprensa e do livreiro na província do Espírito Santo permite compreender a pluralidade da cultura impressa, identificando as características editoriais em regiões de pequeno porte. A figura de Bazílio Carvalho Daemon pode ser interpretada, portanto, para além da condição de cronista ou memorialista, como na maioria das vezes, é lembrada na historiografia local. Ao ocupar simultaneamente os papéis de editor, compilador e divulgador de saberes, mesmo que em recorte temporal distinto, Daemon aproxima-se, em certa medida, do perfil de *livreiro intelectual* tal como proposto por Jorge Fonseca (2019), que descreve o livreiro como um agente multifacetado que articula funções de distribuidor, importador e mediador cultural, transitando entre comércio editorial e a erudição.

Nesse sentido, Daemon não apenas escreveu e editou, mas também instituiu formas locais de circulação da palavra impressa, em um contexto no qual o mercado livreiro formal inexistia e a tipografia era incipiente. Seu gesto editorial, de reunir, imprimir e difundir textos, aproxima-se das estratégias analisadas por Fonseca, em que o livreiro, mais do que comerciante, é o mediador simbólico de um circuito de saberes e de impressos. O editor periférico, neste sentido, convertia a precariedade material da imprensa provincial em oportunidade de afirmação intelectual e em projeto de construção da memória impressa do Espírito Santo.

Essa mediação livreira e editorial se concretizou de modo exemplar em sua vivência junto à imprensa local, que carecia de solidez, mesmo na segunda metade do Oitocentos. À frente de periódicos como *O Itabira* e *O Espírito-Santense*, o jornalista assumiu funções que iam muito além da escrita: selecionava textos, negociava impressões com o governo, supervisionava a tipografia e promovia a circulação dos exemplares entre leitores, colaboradores e instituições públicas. Destacamos, assim, que na figura de Bazílio Daemon, o ato de editar e imprimir torna-se também um ato de criar: o editor e jornalista criou leitores, memórias e legitimidades, numa província ainda alijada dos grandes centros editoriais do Império.

Ao reconhecer em Daemon a figura de um livreiro-editor, compreende-se que sua ação se inscreve não apenas no plano intelectual, mas também na materialidade do impresso. A precariedade das oficinas tipográficas provinciais, marcadas por tipos gastos, papel de qualidade irregular e circulação limitada, certamente não o impediu de instaurar, à sua maneira, um circuito de comunicação que envolvia autores, tipógrafos e leitores. Dada sua participação ativa e importância no cenário editorial provincial, passemos a um breve exame das listas de livros exibidas pelo jornalista, buscando, assim, possíveis padrões no mercado livreiro periférico. Nos perguntamos, nesse sentido, quais livros eram vendidos na província do Espírito Santo.

5 - Mercado livreiro e circulação de impressos na província do Espírito Santo: os anúncios de livros como fonte para investigação

Nesta seção, destacamos que o conceito de mercado livreiro é empregado em sentido amplo, abrangendo não apenas a existência de livrarias formais que, no em grande parte do século XIX eram ausentes na província do Espírito Santo, mas também as práticas de comercialização, os anúncios, as listas de venda e os circuitos informais de circulação de impressos. Em contextos provinciais marcados pela precariedade tipográfica e pela dependência de centros produtores externos, como o Rio de Janeiro e outras capitais do Império, essas listas, mesmo que escassas, constituem fontes privilegiadas para apreender tanto a oferta de obras quanto as estratégias de mediação entre vendedores, instituições e potenciais leitores. Assim, mais do que indicar diretamente “o que se lia”, tais registros permitem, em certa medida, analisar características importantes que estruturaram o mercado livreiro capixaba, revelando seus limites, hierarquias e formas específicas de inserção no espaço cultural do Império.

Como a análise aqui empreendida busca salientar a atuação de Basílio Daemon no mercado editorial local, para este estudo foram utilizadas as edições de seu jornal *O Espírito Santense*, correspondentes ao ano de 1874, momento no qual Daemon passou a publicar de forma mais assídua os catálogos de obras, indicando que sua tipografia passou a ofertar um arcabouço de livros mais consolidado a partir desse período. A seleção desse marco temporal para análise se deu a partir da verificação de maior incidência de catálogos durante este ano de publicação, perfazendo, assim, um contexto importante para a pesquisa. Além disso, na segunda metade do século, o Espírito Santo conta com importante aumen-

to populacional, além do aumento do número de alfabetizados, como sinalizam as correspondências de presidentes de província.¹⁷ Os anúncios e listas de livros vendidos foram alocados em tabela para análise, caracterizados pelas categorias: título, autor, tema da obra, preço de venda e idioma. Após a categorização, os dados foram interpretados com base nas premissas teóricas e metodológicas aqui já apontadas, privilegiando o mapeamento dos agentes do circuito do livro, da sociologia dos textos e do público leitor.

A análise da oferta livreira na província do Espírito Santo baseia-se no levantamento sistemático de 85 títulos anunciados nos espaços comerciais do periódico *O Espírito Santense* da década de 1870, todos vinculados à atuação da Tipografia de *O Espírito Santense*, então operada por Basílio de Carvalho Daemon. Trata-se, portanto, de um recorte documental circunscrito a uma oferta específica, mediada por um agente particular, o que impõe limites interpretativos claros: os títulos elencados não permitem inferir diretamente práticas efetivas de leitura, mas revelam, pistas importantes sobre repertórios colocados em circulação, além das prováveis apostas comerciais do mercado livreiro local.

A categorização temática apresentada na tabela 1 evidencia uma oferta marcada pela diversidade de gêneros, na qual destacamos o anúncio frequente de obras de ensino, literatura, história e religião, sugerindo que, mesmo em um contexto periférico e de restrições estruturais, a tipografia local atuava como instância de mediação cultural significativa, conectando a província a circuitos mais amplos de produção e circulação do impresso no Império:

17 Os relatórios governamentais acerca dos dados populacionais e de alfabetizados na província podem ser acessados em: www.ape.es.gov.br.

Tabela 1
Categorização dos livros vendidos pela tipografia de *O Espírito Santense* em 1874.

Livros por Categoria Temática	Nº de títulos
Religião e Moral	13
Ensino e Instrução (Geral)	22
História e Historiografia	14
Literatura (Ficção, Poesia, Fábula)	18
Direito e Legislação	6
Ciências e Viagens	7
Miscelânea / Periódicos / Almanques	5
Total de Livros	85

Fonte: Anúncios comerciais publicados no periódico *O Espírito Santense* (1874).

A análise dos catálogos divulgados revela uma oferta livreira que buscava equilibrar a venda de livros de utilidade imediata (manuais escolares, compêndios e catecismos) e obras de distinção cultural e erudição (história universal, geografia, literatura e línguas estrangeiras). Os anúncios divulgados pela tipografia de Bazílio Daemon, operava, assim, com finalidade comercial-pedagógica, voltada ao sustento dos ofícios locais, à prática jurídica, por exemplo, e ao público escolar e atingia também o setor erudito, destinado às elites letradas que se afirmavam como guardiãs da cultura escrita provincial e que, frequentemente ocupavam os cargos públicos e administrativos da província.

A verificação dos títulos evidencia o domínio da língua portuguesa na maioria das obras, sugerindo que o mercado leitor da província do Espírito Santo mantinha uma base de consumo de obras produzidas por autores do Brasil e de Portugal, mas as presenças do francês e do inglês, sobretudo, em gramáticas e dicionários, indicam certa inserção num universo cosmopolita e ampliação cultural. Esses livros de idiomas funcionavam muitas vezes, neste contexto, como símbolos de prestígio cultural, associados à civilidade e à modernidade oitocentista. No

caso provincial, pode-se dizer que o aprendizado de línguas estrangeiras, por exemplo, constituía um marcador de distinção intelectual, restrito a uma elite letrada composta por professores, funcionários públicos e bacharéis formados no Rio de Janeiro ou em Portugal.

Cumpre destacar o levantamento dos livros vendidos na tipografia periódico *O Espírito Santense* nem sempre correspondem ao título original completo das obras, sendo frequentemente apresentados de forma abreviada, genérica ou adaptada, conforme critérios editoriais e comerciais do anunciante. Tal instabilidade bibliográfica não constitui uma limitação do levantamento, mas um dado constitutivo das práticas de circulação do impresso em contextos provinciais, nos quais a mediação do editor-livreiro desempenhava papel central na nomeação e apresentação dos textos ao público. À luz desse quadro, a análise dos preços anunciados para os títulos vendidos permite acrescentar uma dimensão econômica à leitura da tabela.

A partir da análise dos valores das 85 obras anunciadas naquele ano, observa-se que a maior parte se situava em faixas de preço entre 1\$000 e 3\$000 réis, valor recorrente em impressos de circulação mais ampla, como o *Catecismo de História Sagrada*, de Claude Fleury (2\$000), o *Manual Eclesiástico* (2\$000) e o *Almanaque de Lembranças luso-brasileiro*, escrito por Alexandre Castilho (1\$000), sugerindo uma estratégia voltada à difusão de obras de instrução moral, religiosa e utilitária. Em um patamar intermediário, títulos anunciados de maneira mais genérica como, por exemplo, “Viagens de Humboldt” (3\$000) ou os Manuais de ensino e instrução ilustrada, frequentemente situados entre 3\$000 e 5\$000 réis, indicam impressos de maior extensão material ou complexidade técnica.

Já títulos associados ao prestígio cultural e à circulação internacional aparecem nos anúncios com designações amplas e, por vezes, pouco precisas, como é o caso das obras de Shakespeare, que não são especificadas, mas são precificadas por 10\$000, além do *Compendio de História Universal*, que chegava a ser uma das obras de maior valor

de catálogo, vendida por 12\$000, evidenciando tanto o alto custo desses impressos quanto os limites informacionais da oferta livreira provincial, se pensarmos, até mesmo, acerca do acesso e transporte desses livros. A coexistência desses diferentes patamares de preço revela que a tipografia operava em um mercado heterogêneo, no qual conviviam impressos de uso corrente e títulos associados à distinção intelectual e cultural, ainda que sob condições estruturais marcadas pelo por pouco acesso aos insumos materiais e pela instabilidade do circuito livreiro local.

A análise temática dos livros vendidos por Daemon demonstra que as obras de história, geografia e ciências morais ocupavam um papel central dentro do catálogo. A partir dos catálogos de livros vendidos por Daemon, além de sua carreira como editor do jornal *O Espírito Santense* e de suas próprias obras, faz com que possamos refletir sobre seu trabalho editorial ao selecionar o acesso dos habitantes da província às suas escolhas de leitura. Compreendemos neste estudo a figura do editor-livreiro a partir das premissas apontadas por Nuno Medeiros (2006), que destaca as atividades desses agentes do livro relacionados à mediação, regulação e amplamente envolvidos na predisposição para as futuras compreensões de impressos. O editor, nesse sentido, é parte crucial e estruturante da rede de sentidos da cultura escrita de um meio social.

A tipografia de Daemon, nesse contexto, atuava como mediadora central, não apenas imprimindo os livros, mas também comercializando-os e intermediando a circulação cultural local. Esse duplo papel é essencial para compreender como uma província periférica, sem grandes centros editoriais, com maquinário ainda precário, mas que, em certa medida, conseguia integrar-se ao circuito de circulação de livros do Império, garantindo que práticas de leitura e consulta se espalhassem entre diversos grupos sociais.

Do ponto de vista da história do livro, destacamos que as obras vendidas pela tipografia não se revelam apenas objetos de consumo,

mas, sobretudo, como elementos de um sistema complexo que envolvia um circuito de autores, tipógrafos, livreiros e leitores e que, na maioria das vezes, destaca figuras que concentravam várias atividades editoriais em si, como ocorria com Bazílio Daemon. Assim, a análise evidencia que, mesmo em meados de 1870, com um mercado editorial restrito, o Espírito Santo possuía uma rede de circulação cultural própria, mediada por tipografias e livreiros locais, refletindo tanto a demanda por conhecimento quanto a estrutura social da província.

6 - Conclusão

O estudo da atividade livreira na província do Espírito Santo, a partir da trajetória de Bazílio de Carvalho Daemon, editor, redator e livreiro, evidencia que, mesmo em contextos periféricos do Império brasileiro, a cultura impressa assumiu papel estruturante na formação de identidades e na constituição de esferas públicas locais e modificações na cultura política provincial. A província, tradicionalmente vista como marginal no circuito editorial nacional, revela-se, ao contrário, como um espaço de experimentação teórica e ressignificação do impresso. A análise das tipografias, oficinas de encadernação e listas de venda demonstra que, ainda que em pequena escala, existia uma rede articulada de produção, circulação e recepção do livro, cuja complexidade confirma o modelo do “circuito da comunicação” proposto por Robert Darnton. Nessa rede, Daemon aparece como elo essencial, capaz de reunir as funções de editor, livreiro e tipógrafo em um mesmo gesto de mediação cultural em um cenário de acesso ainda restrito à cultura escrita e intelectual.

Sob a perspectiva da história material do livro, compreende-se que a imprensa capixaba oitocentista não se limitava a reproduzir textos, mas produzia sentidos e valores por meio de suas materialidades. No caso do Espírito Santo, a precariedade técnica das oficinas e a escassez

de insumos, sobretudo advindos da primeira metade do Oitocentos, transformaram-se em pontos de identidade: a tipografia provincial, com seus tipos gastos e papel barato e irregular, como a tentativa de publicação de *O Estafeta*, em 1840, funcionava como símbolo de resistência e afirmação intelectual. A prática da encadernação, também ofertada por Daemon, completa esse quadro, ao demonstrar que o livro era pensado não apenas como mercadoria, mas como objeto de memória e colecionismo, sendo uma tentativa de fixar o saber no suporte, no tempo e no espaço da província.

A atividade desenvolvida por Bazílio Daemon confirma essa dimensão simbólica e cultural do ofício editorial. Sua *Typographia do Espírito-Santense* foi mais do que um empreendimento técnico: constituiu um laboratório de cultura escrita em uma província afastada dos grandes impressores. Ali se imprimiam jornais, panfletos e livros; vendiam-se obras vindas da Corte; produziam-se encadernações e comercializavam-se materiais de escrita. A edição e publicação da obra *A Província do Espírito Santo* (1879) feita por Bazílio Daemon inscreve-se nessa lógica: mais que um livro, trata-se de um gesto de fundação editorial, da memória provincial, de uma identidade letrada e de uma inserção simbólica do Espírito Santo na cultura impressa do Império.

Do ponto de vista teórico, o caso do Espírito Santo desafia as leituras centralizadoras da história do livro no Brasil, ainda excessivamente voltadas para a Corte. A perspectiva da “sociologia dos textos”, formulada por Donald McKenzie, mostra-se especialmente produtiva para compreender como a forma material e o contexto local transformam o significado dos impressos. Destacamos neste estudo que os livros e periódicos produzidos ou comercializados por Daemon não apenas transmitiam conteúdos, mas expressavam práticas sociais e políticas, na medida em que o livreiro-editor se torna mediador entre o comércio e o pensamento intelectual local. Assim, o Espírito Santo oitocentista mostra que o livro, mesmo fora

dos grandes eixos, continuava a ser um instrumento de poder, sociabilidade e civilização.

Por fim, é essencial compreender, a partir da trajetória de Daemon, que o reconhecimento é de que o livro e os impressos, enquanto artefatos materiais e culturais, se mostram como um dos impulsionadores da modernidade letrada no Brasil. Em sua oficina, a imprensa e a “livraria” coexistiram como espaços de invenção e de mediação, onde se fundiam economia, política e cultura. A partir do Espírito Santo, a história do livro no Brasil amplia-se, incorporando novas geografias do impresso e novos agentes da cultura escrita, que antes ganharam espaço no mercado editorial. Como lembra Elizabeth Eisenstein, a imprensa não apenas multiplicou textos, já que a prática de imprimir transformou estruturas mentais e institucionais. No caso do Espírito Santo, esse processo se deu em escala micro, mas com igual potência simbólica: a tipografia e o livreiro-editor tornaram-se agentes de civilização e modernidade, fixando na precariedade material dos tipos móveis e dos prelos de madeira a anseio de permanência e circulação das ideias impressas.

Bibliografia e documentação

Referências Bibliográficas

- Accioli, Inácio. (1978). *Memória estatística da Província do Espírito Santo: Escrita no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos*. Vitória, ES: Arquivo Público Estadual.
- Alonso, Angela. (2002). *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Paz e Terra.
- Barbosa, S. M. (2009). *A política progressista: Parlamento, sistema representativo e partidos nos anos de 1860*. In J. M. de Carvalho & L. M. B. das Neves (Orgs.), *Repensando o Brasil do Oitocentos: Cidadania, política e liberdade* (pp. 295–324). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Barbosa, Marialva. (2010). *História cultural da imprensa: Brasil, 1800–1900*. Mauad X.

- Basile, Marcello. (2009). *O laboratório da nação: a era regencial (1831–1840)*. Civilização Brasileira.
- Bessone, Tânia. (1999). *A história dos impressos e dos impressos da história: Brasil, século XIX*. UFRJ.
- Blake, S. Augusto. (1970). *Diccionario bibliographico brasileiro* (Vols. 1–7). Conselho Federal de Cultura. (Obra original publicada entre 1883 e 1902).
- Carvalho, Enaile. F. (2008). *Política e economia mercantil nas terras do Espírito Santo (1790–1821)* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo].
- Carvalho, José. M. de. (1980). *A construção da ordem: a elite política imperial*. Editora Campus.
- Chartier, R. (1994). *A ordem dos livros: Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: Editora UnB.
- Chartier, Roger. (1990). *A história cultural: entre práticas e representações* (M. L. Loureiro, Trad.). Difel.
- Chartier, Roger. (1999). *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Unesp.
- Costa, A. D., & Denipoti, C. L. (2016). História do jornalismo paranaense: O inventário de Romário Martins nas comemorações do centenário da Imprensa Periódica do Paraná e os jornais em língua estrangeira (1908). *Pauta Geral - Estudos Em Jornalismo*, 3(2), 146–162.
- Daemon, Bazílio. C. (1879). *Província do Espírito Santo: Sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Tipografia Espírito-santense.
- Daemon, Basílio. C. (2010). *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinópsis e estatística*. Tipografia do Espírito Santense. (Reimpressão: Arquivo Público do Espírito Santo).
- Darnton, Robert. (1986). *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. Companhia das Letras.
- Darnton, Robert. (1990). *O negócio dos livros: uma análise econômica e histórica da produção editorial*. Companhia das Letras.
- Eisenstein, Elizabeth. (1998). *A revolução da imprensa nos primórdios da Europa moderna* (H. L. Dantas, Trad.). Ática. (Obra original publicada em 1979.)
- Feldman, A. (2006). *O Império das Carapuças: Espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832–1842)* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná.
- Fonseca, Jorge. (2019). *Livreiros, impressores e editores: práticas e agentes do livro em Portugal (séculos XVIII–XIX)*. Universidade do Porto.
- Hallewell, Laurence. (1985). *O livro no Brasil: sua história*. Edusp.
- Lustosa, Isabel. (2000). *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821–1823)*. Companhia das Letras.
- McKenzie, Donald. F. (2004). *Bibliography and the sociology of texts* (2nd ed.). Cambridge University Press.

- Medeiros, Nuno. (2006). Editores e livreiros: Que papéis de mediação para o livro? In D. R. Curto (Org.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX* (pp. 343–385). Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mello, Maria Tereza. C. de. (2007). *A república consentida: cultura democrática e científica do final do Império*. FGV.
- Morel, Marco. (2003). *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na Corte imperial (1820–1840)*. Hucitec.
- Pereira, R. do N., & Medeiros, L. (2016). *Subsídios para uma história do design gráfico no Brasil: A primeira tipografia do Amazonas (1851–1866)*. Anais do 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design.
- Pereira, Heráclito Amâncio. (1922). *História da imprensa no Espírito Santo*. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo.
- Pereira das Neves Bastos, Lúcia. M. (2003). *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820–1823)*. Revan.
- Silva, Wlamir. (2006). A imprensa e a pedagogia liberal na província de Minas Gerais. In L. M. B. P. Neves, M. Morel, & T. M. B. da C. Ferreira (Orgs.), *História e imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. FAPERJ; DP&A Editora.
- Siqueira, Karulliny. (2025). *O advento da imprensa na Província do Espírito Santo e os primeiros anos de atividade editorial no século XIX: Uma análise sobre o jornal Correio da Vitória, 1849–1855*. Almanack, 39, 1–32.
- Siqueira, Karulliny. (2024). Imprensa, livros e ideias: O circuito editorial na província do Espírito Santo no século XIX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, (81), 11–280.
- Siqueira, Karulliny. (2020). *O império das repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870–1908*. Jundiaí, SP: Paco Editorial.
- Siqueira, Karulliny. (2013). *Imprensa e partidos políticos na Província do Espírito Santo, 1860-1880*. Vitória, ES: Cadernos de História, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES).

Fontes Documentais

- Jornal *O Espírito Santense*. (1874). Hemeroteca Digital do Brasil.
- Jornal *O Estado do Espírito Santo* (1892). Hemeroteca Digital do Brasil.
- Jornal *O Correio da Vitória* (1849). Hemeroteca Digital do Brasil.
- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. (1839). *Relatório do presidente da província do Espírito Santo (presidência de Silva Couto)*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. (1841). *Relatório com que o Exmo. Sr. José Joaquim Machado de Oliveira, presidente da província do Espírito Santo, abriu a sessão ordinária da respectiva Assembleia Legislativa no dia 1º de abril de 1841*. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. (1853). *Relatório do presidente da província Evaristo Ladislau e Silva dirigido à Assembleia Legislativa na sessão ordinária de 23 de maio de 1853*. Typographia Capitaniense.

